

O ALTO ÍNDICE DE RETENÇÃO NA NARRATIVA DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO CICLO I: DIFICULDADES E PROPOSIÇÕES DE AVANÇOS PARA O ALCANCE DO SUCESSO ESCOLAR.

Rosemary dos Santos Telles
Secretaria Municipal de Educação – Belém
tellesrosy@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo descreve reflexões dos professores, coordenação pedagógica e administração da EMEIF Prof “Miguel Pernambuco Filho” sobre retenção escolar nas turmas de CI 3º ano, conforme avaliação 2009. A metodologia consistiu em encontros semanais, relatos e hora pedagógica de estudo. Como resultado percebeu-se que se não houver reformulação nas práticas pedagógicas e novas estratégias, não haverá sucesso escolar. Concluiu-se, portanto, que a progressão continuada, não consegue extinguir por si só, o grande obstáculo do ensino (falta de aprendizagem dos educandos) permeando o quadro excludente ao final do CI.

Palavras-chave: retenção escolar; progressão continuada; sucesso escolar.

Abstract: This article describes teacher’s reflections, pedagogic coordination and EMEIF Prof Miguel Pernambuco Filho’s administration about scholar retention in CI 3rd year, as 2009 evaluation. The methodology concerned in week meetings, declarations, pedagogic hour of study. As result we perceived that there is no changes in pedagogic practices and new strategies, we will not have scholar success. So, continued progression cannot extinguish the great obstacle of teaching (no student’s learning) continuing excluding in the end of CI.

Keywords: scholar retention, continued progression, scholar success.

INTRODUÇÃO

Considerando o alto índice de retenção escolar na narrativa de profissionais que atuam no Ciclo I, suas dificuldades e proposições de avanços para o alcance do sucesso escolar percebeu-se a necessidade de mostrar esta realidade para os pesquisadores e interessados da área.

Os objetivos desta pesquisa situam-se em descrever e analisar informações obtidas sobre as percepções, expectativas e proposições pedagógicas construídas pelos educadores da EMEIF Prof. “Miguel Pernambuco Filho” com o intuito de construir novas reflexões e intervenções pedagógicas a partir dos resultados estatísticos da avaliação final do ano letivo 2009, tendo como princípio fundamental a não-retenção escolar. Princípio este adotado pela rede sistêmica do município de Belém (Pará) para assegurar uma educação escolar mais prolongada aos alunos de camadas populares, oportunizando também aos professores uma formação continuada na busca de uma prática pedagógica consistente e facilitadora da aprendizagem dos alunos.

Quanto as questões analisadas neste trabalho, as mesmas conduzem para uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa, voltada para produção do discurso dos sujeitos pesquisados

no próprio locus de trabalho – a escola, mostrando-os em quadros, quantificando seus resultados em percentuais.

As Reuniões Pedagógicas e Administrativas, Jornada Pedagógica, Hora Pedagógica Coletiva e principalmente a Análise dos Resultados do IDEB 2009, seguidas de encontros semanais foram os recursos utilizados na coleta de informações, os quais facilitaram a flexibilidade necessária para os sujeitos discorrerem sobre as questões abordadas, informando e opinando sobre o tema proposto.

Nas reuniões e encontros pedagógicos, procurou-se enfatizar a percepção dos professores que atuam nas turmas de C I – 3º ano sobre a adoção do princípio da não-retenção escolar e, como este tem interferido em suas práticas e estabelecimento de novas estratégias pedagógicas, em especial aos alunos das camadas populares. As ações foram realizadas no período de janeiro a outubro de 2010, na própria escola, conforme estabelecido no Calendário Escolar, levando em consideração a Hora Pedagógica Semanal de cada docente.

Mas, é importante mencionar que tais atitudes exigem esforços individuais e coletivos de todos os atores escolares, onde as relações com os alunos e em especial com os familiares precisam estar fortalecidas e enraizadas de compromissos e responsabilidades.

Todo esse contexto estabelece expectativas, atitudes, mudanças, ações consensuais, conflitivas e contraditórias, proporcionando um cenário de desconstrução e reconstrução permanente na busca de uma educação com qualidade.

A discussão mais ampla sobre o princípio da não-retenção escolar, é parte integrante de políticas públicas educacionais avaliadas por determinadas administrações municipais nos anos de 1990, onde tal concepção fundamenta-se nos princípios liberais, os quais defendem a educação como direito de todos os cidadãos, pensamento oriundo da Revolução Francesa, no século XVIII (HORTA, 1998).

A partir de então a escola pública passa a proporcionar a democratização das oportunidades educacionais, quando estabelece o acesso a todos os cidadãos à escola. Entretanto no Brasil, os direitos sociais foram tardiamente estabelecidos nas Constituições Federais (Cury; Horta: Fávero, 1996), onde a escola pública não seguiu os termos propostos pelo movimento iluminista. E segundo Cury (2000, p. 583) “a importância da educação para o processo de construção da democracia no país sempre foi muito enfatizada, mas não necessariamente efetivada”. Fator este que tornou decisivo o processo de exclusão de um contingente significativo de sujeitos à escolarização.

De acordo com Teixeira (1969) e Romanelli, (1998) “... a expansão do ensino público brasileiro passa a ter temática central voltada para garantia do acesso e permanência no sistema escolar, em especial dos alunos das camadas populares...”. Entretanto, não basta garantir o acesso e permanência na escola, se não houver o sucesso na aprendizagem escolar. É preciso que haja mudanças significativas nas estratégias pedagógicas propostas pelos professores, uma vez que muitas teorias perdem o seu poder de ação porque não provêm os suportes técnicos para serem viabilizadas, onde os professores adotam teorias que não conferem sentido ao seu modo usual de agir em sala de aula.

Assim mostra Feldman (2001:107) “(...) qualquer posição teórica é difícil de ser assimilada por professores e educadores se não resolve o problema prático de aprender e ensinar (...)” Nesse sentido, a interação e a negociação significativa sobre conteúdos instrumentais pode ser um passo necessário

para a reformulação das teorias. Além disso, trabalhar sobre propostas que resultem em práticas exitosas e possíveis de realizar pelos professores pode abrir melhores possibilidades para a reconstrução dos fundamentos teóricos, desenvolver princípios e ampliar a base aplicável dos conhecimentos, objetivando evitar evasão, reprovação e repetência escolares que não são novidades na literatura educacional brasileira.

Apesar das crianças terem acesso à escola, os processos seletivos, têm dificultado a trajetória regular dos alunos e ocasionando a ampliação do número de repetências, recuperações e evasões escolares. No Brasil, tais problemas têm gerado o processo de distorção idade/série, especialmente no ensino fundamental, reduzindo as possibilidades acesso nos outros níveis de ensino: médio e superior.

Na década de 1950, Anísio Teixeira (1994) já discutia tais indicadores, afirmando a importância do direito de todos à educação escolar pública e de políticas governamentais voltadas para democratização de oportunidades educacionais. Somente na década de 1980, tais temáticas passaram a ganhar destaque no cenário acadêmico, quando vários autores discutem exaustivamente suas causas e consequências. Nesse período o fracasso escolar passa a ser caracterizado como o fracasso da escola, onde se tem claramente configurada a verdadeira cultura do fracasso escolar, alicerçada especialmente, numa prática indiscriminada de reprovações.

Ainda assim as administrações públicas, em especial as municipais na década de 1990, passaram adotar projetos pedagógicos inovadores, os quais introduziram a progressão continuada na vida escolar dos alunos, evitando assim, a não-retenção escolar. Nessa mesma dimensão, a gestão nas escolas passa a ganhar novo cenário, onde prevalece o ato democrático, o qual possibilita o redimensionamento do espaço, tempo e organização do trabalho escolar – construção de uma nova escola capaz de garantir a todos os alunos o direito a uma aprendizagem com sucesso, com vistas à cidadania. Assim, novos mecanismos foram introduzidos com a implantação de programas educacionais que estabelecem a lógica do fim da retenção e repetência por meio dos ciclos de formação.

Partindo do princípio que o aluno passaria mais tempo na escola, progredindo simultaneamente, acreditava-se na possibilidade de redução das desigualdades sociais, mas isto não garantiria que a não-retenção escolar propiciaria aprendizagem com sucesso, onde o aluno viesse a adquirir o domínio das competências mínimas esperadas pela sociedade para o nível da sua escolarização.

Este contexto proporcionou vários questionamentos que surgiram de professores, coordenadores pedagógicos e diretores no que diz respeito aos alunos de estarem progredindo de ano sem os conhecimentos e competências mínimas exigidas pela sociedade atual, onde anteriormente os que eram considerados excluídos pela falta de acesso e permanência na escola, atualmente estariam sendo excluídos pelo não domínio das competências escolares. Assim, na EMEIF Prof. “Miguel Pernambuco Filho”, em avaliação realizada no ano letivo de 2009, através dos indicadores do IDEB, pode-se constatar o elevado índice de retenção escolar, por considerar que os alunos das turmas de C I – 3º ano não teriam os requisitos mínimos para obter progressão continuada para o C II – 1º ano.

Portanto, a proposta que se almeja é a substituição da cultura do fracasso por uma cultura do sucesso escolar, tendo como eixo central a estratégia da não-retenção, onde a escola passe a ser um lugar do desenvolvimento da razão, portanto de desenvolvimento da reflexividade, capaz de ampliar

autonomia, autodeterminação, condição de luta pela emancipação intelectual e social, em que o aluno seja crítico e reflexivo, buscando a pro atividade por parte da família, visando mais interatividade.

Nessa perspectiva, o importante é reconhecer o papel fundamental dos professores, onde suas contribuições fortalecerão novos caminhos para escola, construindo o conhecimento numa dimensão cidadã, compromissada com a cultura da paz, solidariedade, respeito às diversidades e que satisfaça as necessidades básicas de aprendizagem. Entretanto, não devemos aceitar que os alunos concluam apenas o ensino fundamental, conforme prevê a Constituição Federal Brasileira de 1988, como um direito. É necessário que se estabeleça programas de inclusão e inserção que se estenda do ensino fundamental, numa projeção ascendente aos níveis médio e superior.

“Passando-se assim, de um conceito bancário - quantos alunos dentro e quantos fora - para um conceito qualitativo sobre as aquisições, de quem está dentro e de quem está fora, para alcançar uma vida digna como brasileiro” (Sposati, 2000, p.25).

O TRABALHO INVESTIGATIVO REALIZADO NA EMEIF PROFESSOR “MIGUEL PER- NAMBUCO FILHO”

A escolha da EMEIF Professor “Miguel Pernambuco Filho” para realização da pesquisa se fez a partir dos seguintes critérios: 1. Escola Ciclada e oficial da rede municipal de ensino de Belém, localizada no bairro do Jurunas; 2. Clientela predominantemente oriunda das camadas populares; 3. Incidência de retenção no C I – 3º ano; 4. Profissionais acessíveis a proposições de mudanças.

A Escola encontra-se localizada na Avenida Roberto Camelier, 825, no bairro do Jurunas – Belém-PA, cujo contexto social é de notória pobreza, saneamento básico precário em determinados locais, assim como a violência e criminalidade elevadas. No presente ano letivo conta com 609 – seiscentos e nove – alunos regularmente matriculados e distribuídos em três turnos de funcionamento – manhã, tarde e noite respectivamente, atendendo duas turmas de Educação Infantil; onze turmas de C I assim distribuídas: (1º ano: 02 turmas; 2º ano: 03 turmas e 3º ano: 06 turmas); cinco turmas de C II, distribuídas: (1º ano: 02 turmas e 2º ano: 03 turmas) e duas turmas de Educação de Jovens e Adultos – sendo uma da 1ª Totalidade e uma da 2ª Totalidade do Conhecimento e dezessete professores, na sua maioria com jornada dupla de trabalho.

Para melhor descrever a clientela que atende, podemos enfatizar que os alunos têm em sua maior parte, dificuldades de relacionamento oriundos da desestruturação familiar, faltando-lhes noções básicas de convivência e respeito que dependem da própria família e que estão sendo relegadas pelos responsáveis à escola, fato que ocorre constantemente no cotidiano das ações pedagógicas e administrativas. Não se pode deixar de afirmar que existe todo um contexto bastante peculiar que envolve a situação do aluno, momento em que a família mantém uma postura de descaso em relação a educação do próprio filho.

Com o intuito de redimensionar as suas ações pedagógicas, a Escola incorporou ao Projeto Pedagógico, projetos educativos de Informática e Sala de Leitura, bem como as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e no Programa Mais Educação, dando ênfase a participação democrática como desafio da gestão escolar.

Desse modo, tem sua proposta pedagógica pautada em algumas políticas educativas que visam aprimorar a prática escolar com uma gestão democrática e participativa; nova postura em relação ao conhecimento, ressignificando-o, numa perspectiva global e transdisciplinar, onde a avaliação passasse a ter caráter qualitativo e incluyente; fortalecimento da formação continuada dos professores; reorganização do tempo e espaço escolares, com inclusão em contraturno dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, no Programa Mais Educação.

Assim, para fins desse estudo foram selecionados o quantitativo de quatro docentes que atuaram na Escola em turmas de Ciclo I, sendo dois no turno da manhã e dois a tarde, no ano letivo de 2010. Além disso, se considerou os relatos obtidos pelos quatro docentes, as percepções e políticas da gestão e coordenação pedagógica, com objetivo de subsidiar e enriquecer a análise do tema em foco – não-retenção escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na prática, as dificuldades encontradas são visíveis acerca do elevado índice de retenção escolar, uma vez que o número de alunos que não apresentaram condições mínimas para obter a progressão ao final do C I – 3º ano, no ano de 2009 foi expressivo, onde os docentes relatam a seguir como se sentiram preocupados com o quadro estatístico abaixo elencado, uma vez que não se trata apenas de mais reformulação pontual do trabalho pedagógico, mas de uma mudança geral em toda organização pedagógica e cultural da escola, bem como de intervenção junto a família, com auxílio de parcerias.

Quadro 1: Taxa de Aprovação: IDEB 2005-2009

Miguel Pernambuco						
Taxa de aprovação (2005-2009)						
	SI Ciclo I 1º ano	1ª Ciclo I 2º ano	2ª Ciclo I 3º ano	3ª Ciclo II 1º ano	4ª Ciclo II 2º ano	Indicador de Desempenho (ID)
2005	95,3	97,2	57,0	100,0	80,5	0,82
2007	92,3	95,3	62,5	93,1	80,3	0,83
2009	93,6	96,5	46,4	94,6	79,3	0,76

Fonte: Coordenadoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação (2010).

As evidências supracitadas sugerem a oportunidade de investigações que se voltem para uma análise comparativa bienal, levando em consideração as políticas dos governos federal e municipal, possibilitando revelar possíveis explicações ou justificativas para os projetos em execução na Escola.

“Não estamos em busca de aceitabilidade ou não da progressão continuada, mas de intervir positivamente para alcançar o objetivo do ensino: aprendizagem com sucesso de nossos alunos...” “o que avaliar? Como avaliar?...”, complementa um dos docentes.

De acordo com relato de outro docente, “... é preciso criar novas estratégias junto a família para que as crianças não falem às atividades escolares, inclusive responsabilizando-a pela função de educar os filhos, pois muitas das vezes é jogado para escola toda essa responsabilidade...” e continua enfatizando

“... sabemos que cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem, mas é impossível ocorrer o sucesso na aprendizagem se a mesma é deixada de lado, sem qualquer orientação e acompanhamento fora da escola”.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, registra-se a fala de mais um docente, momento em que enfatiza o risco social que os alunos encontram-se inseridos, onde afirma “... ao sair da Escola, no horário da noite, observo crianças que ficam andando pelas ruas, inclusive com o uniforme escolar, e seus familiares não apresentam quaisquer preocupações, e quando comparecem à escola no dia seguinte, não conseguem produzir, inclusive ficam desestimuladas”.

De acordo com o relato da Coordenadora Pedagógica “... existem ações preventivas e interventivas que a Escola realizou ao longo do período letivo de 2010, através de Reunião Geral, por turma e turno, Conselhos de Ciclos, Encontros com a família de acordo com a necessidade demandada, Encontros Pedagógicos, Hora de Estudo Coletivo, entre outros, mas ainda se sente falta de uma participação mais efetiva da família no processo educativo das crianças”.

Mesmo com todas as intervenções feitas, muitos são os desafios na gestão de uma educação com qualidade social através da implementação do Projeto Pedagógico existente na Escola, tendo o Conselho Escolar legitimado no seu interior enquanto organismo importantíssimo nas questões pedagógicas, somando-se enquanto parceiro nas situações vivenciadas no âmbito escolar. Além desse desafio, os professores precisam desenvolver um trabalho sério e compromissado com os interesses da clientela que a Escola atende, onde o seu bom funcionamento será detectado através de ações educativas eficazes e eficientes.

Além da formação continuada dos agentes educacionais, prioritariamente na formação de professores, pode-se avançar nas práticas pedagógicas da Escola, contribuindo significativamente para repensar sua função social.

Porém para haver esta concretização, é necessário o compromisso de todos os envolvidos no contexto escolar, assumindo o Projeto Pedagógico, com suas respectivas metas e objetivos, onde as ações educativas sejam processuais, não apenas com a realização de encontros pedagógicos esporádicos e desarticulados, e sim com ações construídas coletivamente pelos sujeitos que fazem parte da Escola.

Portanto, cabe indagar:

Será a escola responsável pelo desenvolvimento de competências, ou será ela responsável pela formação básica do indivíduo, que terá pela frente o desafio de tornar-se competente, ao longo de sua vida, somando à educação obtida na escola sua experiência de vida e de trabalho? (Silva, 1999:101).

Segundo gestora da Escola “... analisando e entendendo a Escola como este espaço de construção e desafios constantes, compete ao educador, compreender que o seu trabalho se estende ao compromisso com a totalidade do processo escolar e não somente restringindo-se à sala de aula, onde deve estar voltado com responsabilidade no cumprimento da função inerente da própria escola e no exercício da cidadania. Além desse grande desafio, a Escola deve assumir suas ações pedagógicas com qualidade social, onde o princípio da fundamentação teórico prática possa conseqüentemente aprimorar a leitura

e escrita, reduzindo o alto índice de retenção ao final do CI, bem como a construção do conhecimento e implementação de uma educação com qualidade social enquanto requisito de desenvolvimento à humanidade”.

Para responder algumas das percepções já mencionadas, a gestão escolar nos anos de 2003 a 2010 tem procurado avançar na busca de alternativas pedagógicas que possibilitem melhorias no processo de assessoramento, avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos alunos, passando a contar com apoio dos programas dos governos Federal e Municipal citados anteriormente.

Para finalizar, o último docente relata que “... pequenos avanços ocorreram no dia a dia da sala de aula. Entretanto, acredito que muito ainda precisamos mudar pedagogicamente para melhorar o nível de aprendizagem dos nossos alunos, pois se trata aqui de um tema amplamente difundido, onde ainda é tempo de avançar na qualidade do ensino que emergem as várias práticas da escola pública...”.

Assim, com a formação constante dos agentes educacionais – Coordenadores Pedagógicos e Professores, as ações pedagógicas tornam-se fortalecidas, possibilitando a ressignificação do cenário educacional, onde a gestão escolar deverá pautar-se numa proposta de trabalho colegiado, inserida no contexto democrático e comprometido com a comunidade.

PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL EXISTENTES NA EMEIF PROFESSOR “MIGUEL PERNAMBUCO FILHO”

Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Criado em 1995, estabelece autonomia na gestão escolar, através da obrigatoriedade da constituição da Unidade Executora – Conselho Escolar -. Este tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do distrito federal, repassando os recursos, com objetivo da melhoria na infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, consequentemente contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Anualmente os recursos são transferidos às escolas considerando o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Até 2008, contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental. Em 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de Janeiro – transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 -, foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil.

O orçamento é repassado anualmente em uma única parcela, onde cabe ao órgão colegiado reunir com seus membros para elaboração do Plano de Aplicação Financeira, avaliando e elencando as necessidades emergentes da própria comunidade escolar. Muito se tem construído e adquirido em termos de infraestrutura física e pedagógica, através da manutenção permanente do patrimônio escolar, aquisição de recursos didáticos e pedagógicos para melhor implementação da prática educativa e formação de agentes educacionais. Entretanto não foi possível alcançarmos a meta desejada no ano de 2009 – melhoria no índice do processo ensino e aprendizagem, fator este que poderá ser comprovado através do resultado obtido no IDEB, conforme quadro abaixo.

Quadro 2: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Metas Observadas e Projetadas



Fonte: Coordenadoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação (2010).

Portanto, se faz necessário concentrar esforços na busca de novas estratégias pedagógicas, imbuídas de compromisso e responsabilidade social, onde não basta uma gestão escolar democrática e participativa, um espaço físico estruturado adequadamente, recursos didáticos e tecnológicos, formação continuada, se não houver acima de todos esses fatores, a responsabilidade de planejar uma aula eficiente e prazerosa em que o aluno deixe de ser um mero expectador e passe a interagir sistematicamente no contexto escolar, participando, construindo e reconstruindo sua aprendizagem, e ao professor cabe a tarefa de ensinar – competência técnica, mas com objetividade, associando teoria e prática, e fundamentalmente desejar pesquisar, elemento essencial para sua formação profissional.

Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE- Escola

Considerado a ferramenta gerencial que auxilia a escola na realização do seu trabalho, assegurando à sua equipe que desenvolva suas ações para atingir os mesmos objetivos, avaliando e adequando suas propostas a um ambiente em constante mudança, o PDE- Escola constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que definem e orientam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com visão no futuro.

O referido plano de governo atende ao público das escolas das redes municipais e estaduais consideradas com IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) abaixo da média nacional. Para escola receber o recurso do PDE- Escola deve encontrar-se dentro do universo do público alvo estabelecido pelo governo federal, conforme Resolução nº 04 do PDDE, artigo 9º.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – foi criado pelo INEP em 2007 numa escala de zero a dez e, representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação nacional: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do INEP. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados obtidos no Censo Escolar sobre aprovação e médias de desempenho nas avaliações do INEP, do SAEB – para as unidades da federação e para o país-, e a Prova Brasil – para os municípios.

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

Para observação do índice supracitado, a nível municipal, o governo federal estabelece o indicador do desempenho através da Prova Brasil, a qual também tem sua aplicabilidade a cada dois anos, sendo criada em 2005, momento de realização da primeira edição, e nos anos de 2007 e 2009 novas aplicações do referido instrumento foram realizadas. A Prova Brasil avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas) dos alunos das escolas públicas localizadas em área urbana que cursavam a 4ª e 8ª séries ou 5º e 9º anos respectivamente, do Ensino Fundamental.

Apesar da evolução dos resultados a nível nacional, a Escola em apreço apresentou apenas melhoria de aprendizagem nas turmas de C II (resultado avaliativo da Prova Brasil) e, conseqüentemente queda no índice do IDEB 2009, uma vez que sofreu oscilação no decorrer dos anos de 2005 (3,4), 2007 (3,7) e 2009 (3,6) respectivamente, considerando o elevado índice de retenção escolar nas turmas de Ciclo I – 3º ano, conforme quadro abaixo. Fato este que mais uma vez reforça a preocupação quanto ao processo de ensino e aprendizagem efetivado no seu interior.

Quadro 3: Nota da Prova Brasil e Taxa de Aprovação 2005 – 2009

Miguel Pernambuco					
Nota da Prova Brasil e Taxa de aprovação (2005 - 2009)					
	Matemática	Português	Média ponderada	Rendimento	IDEB
2005	165,75	164,22	4,11	0,82	3,4
2007	181,38	167,62	4,47	0,83	3,7
2009	187,01	175,48	4,72	0,76	3,6

Fonte: Coordenadoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação (2010).

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Educação, através do Grupo ECOAR e Núcleo de Informática Educativa – NIED, tem concentrado esforços no sentido de oportunizar formação continuada aos professores da rede, em especial os que atuam na de Sala de Informática e titulares lotados nas turmas de C I e II através dos Programas de Letramento e Alfabetização em Matemática. Entretanto, ainda observa-se a necessidade de se intensificar novas estratégias pedagógicas na Unidade Escolar em apreço, uma vez que o objetivo maior - aprendizagem com sucesso - não foi alcançado. Novos desafios precisam ser colocados em ação, com a perspectiva de mudança no quadro deficitário apresentado nos parâmetros de análise da pesquisa do IDEB.

Mais Educação – Escola Integral

Frente aos desafios acima mencionados no que diz respeito a melhoria da aprendizagem dos alunos, incorpora às ações da Escola, o Programa Mais Educação - Escola Integral, programa este que constitui ação estratégica com objetivo de garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional.

Portanto, o mesmo deve estar em consonância com o Projeto Pedagógico da Escola, ampliando tempo, espaço e oportunidades, através da articulação das políticas setoriais envolvidas e possibilitando a todos o “Direito de Aprender”.

Em seu Plano de Ação, o referido Programa estabeleceu enquanto objetivo principal a oportunidade do acesso e permanência com sucesso de crianças e adolescentes, na busca de uma educação com qualidade social, tendo como meta um trabalho articulado com as ações pedagógicas da Escola as quais foram desenvolvidas no período letivo de 2010.

A palavra integral significa inteiro, completo, total. Portanto, defender uma educação integral, é defender uma educação completa, que pense o ser humano por inteiro, em todas as suas dimensões, não só em tempo, mas principalmente em qualidade. Não basta que a Escola aumente a quantidade de tempo, sem procurar melhorar a qualidade do ensino e novas estratégias avaliativas. Portanto faz-se necessário ampliar as quatro horas-aulas que os discentes já dispõem no ambiente escolar, melhorando significativamente a prática pedagógica, garantindo assim o acesso e permanência com sucesso nas diversas atividades como: arte, esporte, lazer, cultura, conteúdos pedagógicos, dentre outros elementos.

Nessa perspectiva pedagógica passa-se a pensar numa educação que discute e constrói valores, cidadania, ética, fortalecimento da identidade étnica, cultural, local, de gênero, valores estes essenciais para construção de uma sociedade sustentável, com justiça social.

As atividades programadas pela Escola estão voltadas para o desenvolvimento de ações pedagógicas eficazes e prazerosas, primando sempre pelo raciocínio lógico, desenvolvimento do senso crítico e criativo, internalização de valores de competitividade, com vistas ao crescimento do aluno de forma lúdica e responsável, através de: trabalho individual e em equipe, buscando a sociabilidade; planejando sistematicamente e elaborando em conjunto com a Coordenadora e os Monitores, onde o acompanhamento das atividades realizadas se deu semanalmente, de forma a rever as ações que precisam ser mudadas e atendimento individual aos alunos, quando necessário, observando se os objetivos propostos foram atingidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇOS E DESAFIOS.

Considerando que se trata de políticas públicas dentro de uma perspectiva de gestão escolar, em especial na EMEIF Professor “Miguel Pernambuco Filho”, todos os encaminhamentos delineados na elaboração do artigo em foco, reportam-se à preocupação por parte da gestão no sentido de encontrar novas estratégias pedagógicas que possam contribuir significativamente no repensar dos

educadores, em especial dos professores, quanto a prática e didática que estão sendo adotadas no contexto escolar, inserindo a família como partícipe da formação integral dos discentes.

Muitos estudos apontam que a garantia da aprendizagem dos alunos está vinculada ao compromisso com o direito de aprender, através da implementação de políticas públicas educacionais que valorizem a formação continuada dos professores, onde se faz necessário adoção de práticas pedagógicas inovadoras que permitam aos mesmos de tornarem-se intelectuais críticos, capazes de estimular o ato pedagógico numa flexibilidade comunicativa (processo articulado de ação – reflexão – ação).

Entretanto, não se trata somente de proporcionar os meios (formação continuada) se não houver por parte dos professores, a busca pela transdisciplinaridade a qual virá potencializar a aprendizagem dos alunos, através do estímulo permanente da leitura crítica e escrita contextualizada, onde o movimento do ensinar a pensar ocorra num processo de reflexão dialética de cunho crítico, e que os sujeitos possam desenvolver suas capacidades básicas, além do saber e receber informações, mas de colocar-se a frente do contexto histórico que integra, apropriando-se dessa realidade e ressignificando-a.

Percebe-se a necessidade de renovação da prática educativa, através da construção coletiva do planejamento das atividades curriculares, não somente vistas como o processo de organização dos conteúdos de ensino que serão desenvolvidos em sala de aula, à distribuição do calendário de realização dos mesmos, bem como a sistematização de um roteiro de assuntos e temas a serem abordados, ou até mesmo a programação de eventos comemorativos que a Escola irá desenvolver, somando a um planejamento curricular eficiente objetivando a renovação da prática educativa.

A Escola nessa perspectiva tem que repensar a sua prática educativa e estabelecer o que pretende para todas as turmas de funcionamento (Educação Infantil, Ciclos I e II e Educação de Jovens e Adultos), quais os objetivos a serem alcançados nas diversas atividades e áreas de estudo, bem como trabalhar integrada com a família, estabelecendo assim vínculos de participação coletiva e responsável. Incorporando e compreendendo a dimensão do papel dos educadores, onde todos os segmentos devem interagir com a gestão escolar na busca de identificar a real situação do espaço educativo, dos alunos e professores para assim, focar nas áreas que merecem maior atenção.

Embora tenham ocorrido investimentos significativos por parte das esferas Federal e Municipal, ainda depara-se com muitas barreiras no que tange a falta de compromisso de determinados profissionais que atuam na Escola, fator este que vem a contribuir de forma negativa para o baixo índice de aproveitamento escolar.

Nestes últimos sete anos a gestão da Escola acima mencionada, concentrou esforços a fim de minimizar o alto índice de retenção escolar ao final do CI, onde se pode destacar: formação continuada dos educadores, prioritariamente, dos professores.

Além do investimento na formação continuada, a Escola apresenta em seu Projeto Pedagógico, ações que visam uma aprendizagem com sucesso, onde os professores devem intervir positivamente

no processo de ensino e aprendizagem, através da utilização de didáticas e programas modernizados, os quais seriam os facilitadores de um bom aprendizado, uma vez que o espaço educativo conta com variados recursos como: jogos didáticos e interativos na área de letramento, matemática, ciências, recreação e lazer, inclusive instrumentos musicais, além de recursos tecnológicos existentes na Sala de Informática – Programa de Informática Educativa e Rádio Escola, e um acervo bibliográfico rico para pesquisa no espaço lúdico-educativo da Sala de Leitura.

Entretanto, mesmo com toda essa riqueza de recursos, contrastam dificuldades no que diz respeito ao retorno da aprendizagem com sucesso dos alunos. Por fim, registram-se aqui alguns questionamentos, os quais poderão ser transformados em grandes desafios para todos que atuam no espaço escolar, onde a aprendizagem possa fluir com qualidade social, dentro de uma perspectiva holística de educação, entre eles destaca-se: de que maneira pode-se melhorar o índice estatístico da Escola? Que intervenções pedagógicas precisam ser enfatizadas para que ocorra sucesso na aprendizagem dos alunos? Como os educadores, em especial os professores devem intervir para alcançar seus objetivos pedagógicos? Como as aulas estão sendo trabalhadas? E o planejamento pedagógico do professor conta com assessoramento e acompanhamento sistêmico pela Coordenação? Partindo do princípio que existe formação permanente dos professores, qual o compromisso destes com uma educação de qualidade social? E como provocar a família no sentido de tornar sua participação eficiente?

Assim, acredita-se que esses e outros questionamentos servirão como bússola orientadora para mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem, criando novos horizontes na efetivação de políticas públicas inovadoras e eficientes.

REFERÊNCIAS

- BELÉM Secretaria Municipal de Educação. **Quadros Estatísticos**. Coordenadoria de Planejamento, 2010.
- BELÉM Secretaria Municipal de Educação. **Programa de Formação Continuada de Professores**. Expertise em Leitura e Produção de Textos: formação de formadores, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998. - 32. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. MEC/FNDE (2009) **Programas do Governo Federal**. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res04_-17032009.pdf.
- BRASIL. MEC/INEP, (2009) **Resultados Estatísticos do IDEB 2009**. Brasília.
- CURY, C. R. J.; HORTA, J. S. B.; FÁVERO, O. **A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional**. In: FÁVERO, O. (Org.) A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 1996, p. b-30.
- CURY, C. R. J. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 567-584.
- FELDMAN, Daniel. **Ajudar a ensinar** – Relações entre didática e ensino. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001, p. 107.

- FONSECA, Dirce Mendes da (Org). **Administração Escolar**: Um compromisso democrático. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- HORTA, J. S. B. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.104, p. b-34, jul. 1998.
- PERRENOUD, Philippe. **Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação**: perspectivas sociológicas. Trad. Helena Faria et alli. 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro, (Orgs). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**, 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2005. Vários autores.
- PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração colegiada na escola pública**. Campinas. SP: Papyrus, 1990.
- RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. 6ª Ed. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1987.
- ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 268 p.
- SILVA, Janete B. da. **Abrindo janelas à noção de competência para a construção de um currículo interdisciplinar**: um estudo preliminar. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 1999.
- SPOSATI, A. **Exclusão social e fracasso escolar**. Em Aberto, Brasília, v.17, n. 71, p. 21-32, jan. 2000.
- TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1969. Cap. 11, p. 285-315.
- _____ **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, 231 p.